

DOI: <https://doi.org/10.36470/famen.2024.r5a06>

Recebido em: 28/01/2024

Aceito em: 01/03/2024

EDUCAÇÃO INCLUSIVA UM PANORAMA NAS LEIS BRASILEIRAS

INCLUSIVE EDUCATION AN OVERVIEW OF BRAZILIAN LAWS

Célia Toledo Vieira

Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-2628-0311>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0890919250154584>

Mestre em políticas e administração de educadores

Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de Porto Velho - SEMED/PVh, Brasil

E-mail: celiatoledovieira@outlook.com

Lucimar Perondi

Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-3299-0561>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5294444894190508>

Doutoranda em Ciências da Educação

Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de Porto Velho - SEMED/PVh, Brasil

E-mail: lucimarperondi592@gmail.com

RESUMO

É sabido que a educação inclusiva no Brasil está amparada pela LDB e também pela constituição federal de 1988, sendo que ambas possuem propostas para que o acesso dos estudantes com deficiências seja pleno e facilitado, visando desenvolver as habilidades deles proporcionando um ensino mais inclusivo e com mais oportunidade para todos. Dessa forma o processo de inclusão tem como meta eliminar as barreiras que impedem o processo de aprendizagem e participação deste estudante especial dentro do processo educativo. Sendo assim, o objetivo do presente estudo foi realizar uma reflexão sobre como a lei fundamental o acesso destes alunos na educação brasileira, além de os tipos de deficiências e como os professores devem abordar as metodologias para o melhor fomento do estudante. Com base nas pesquisas observou-se que os resultados analisados evidenciaram que o processo de inclusão nas escolas precisa ser cada vez mais implantado visando assim atender os alunos deficientes e, especialmente, realizar a capacitação dos docentes para lidar com a diversidade desses alunos. Contudo, os autores estudados fazem sugestão para que seja realizada algumas alterações no modo de ensino destes estudantes, e, portanto, verifica-se a importância de realizar um processo de ensino implementativo, com propostas pedagógicas, inclusão de todos os estudantes e especialmente a transformação da escola para que esta seja a semente de uma sociedade mais justa, igualitária e sem preconceito.

Palavras-chaves: Deficiência; inclusão; educação infantil; professor; processo.

ABSTRACT

It is known that inclusive education in Brazil is protected by the LDB and also by the federal constitution of 1988, since both possibly propose that the access of students with deficiencies is full and facilitated, aiming to develop their skills by providing a more inclusive and comfortable education. more opportunities for everyone. The goal of this form or process is to eliminate the barriers that impede the learning process and participation of this special student within the educational process. Thus, the objective of this study was to carry out a reflection on how the fundamental law or access of these students in Brazilian education, in addition to the types of deficiencies and how teachers should address the methodologies for the best development of students. Based on the research, it was observed that the results analyzed show that the inclusion process in schools needs to be increasingly implemented in order to attend to handicapped students and, especially, to train teachers to deal with the diversity of these students. Therefore, the studied authors suggest that some alterations be made in the way of teaching of these students, and therefore, it is verified the importance of carrying out an implemental teaching process, with pedagogical proposals, including of all students and especially to transformation give school so that it is based on a more just, egalitarian and without preconceived society.

Keywords: Deficiency; even; children's education; teacher; process.

1 INTRODUÇÃO

É sabido que existem crianças com deficiências e que durante um bom tempo não houve olhares cuidadosos para a inclusão destes estudantes sendo muitas vezes deixando-os à margem da sociedade. Nas últimas décadas, houve significativos avanços nos debates, bem como nas discussões a respeito do assunto, proporcionando mudanças na legislação inclusiva visando alterar e transformar esta realidade.

Neste sentido, a educação inclusiva busca realizar um processo de adaptação nas escolas almejando realizar o atendimento destas crianças para que elas possam através destes recursos lidar com as dificuldades de aprendizagem. Desta maneira, esse processo possibilita garantir a todos os estudantes, o acesso a uma educação de qualidade, incluir também aqueles que são menos favorecidos, culminando em uma educação inclusiva e de qualidade.

Diante disso, a presente obra tem como proposta buscar realizar uma investigação a respeito de como a escola tradicional pode se adaptar frente a quantidade de alunos especiais, além de abordar como os professores poderão auxiliar os alunos a realizar sua atividade e na

participação de uma escola mais inclusiva tendo em vista realizar novas metodologias e práticas para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Contudo, abordar-se ainda a respeito de como a legislação brasileira busca atender no âmbito escolar tais dilemas, explicando como são as formas de deficiências dos estudantes e demonstrando através das propostas curriculares como e quais metodologias e estratégias devem ser tomadas para que mais alunos possam ingressar na escola tendo como fulcro uma política inclusiva que favoreçam eles.

2 COMPREENDENDO AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Dentro do cenário brasileiro é incógnito que a atual Política Nacional de Educação Especial propõe um conceito de priorização no que tange ao atendimento capacitado e especializado que precisa ser ofertado em uma instituição de ensino para aquelas crianças com natureza especial.

Tendo Brasil (2007) como base, conceitua-se de forma geral um estudante com necessidades especiais aquele que possui em sua essência humana necessidades peculiares e próprias, que as tornam diferentes dos estudantes “normais” para o domínio dos ensinamentos curriculares correspondentes à sua faixa etária, requerendo assim metodologias e recursos pedagógicos ímpares a sua educação e desenvolvimento.

Agora que já foi definido o aluno com necessidades especiais, Brasil (2007) é notório ainda que Parâmetros Curriculares Nacionais recomendam para as escolas uma atenção especial para estes aluno, uma vez que a diversidade do ambiente escolar tem como fundamento base o pressuposto de que é necessária a realização de determinadas adaptações dentro das metodologias curriculares visando assim o atendimento das necessidades particulares de aprendizagem dos estudantes.

Desta forma, Veiga (2004) diz que é preciso pontuar que a atenção à diversidade precisa ter fundamentos concretos nas medidas educativas, levando em consideração não apenas as habilidades intelectuais e os conhecimentos dos estudantes, mas, também, uma abordagem a respeito dos interesses e motivações dos alunos inclusivos.

Sobre isso a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) comenta em seu art. 58º: “A educação especial consiste na modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” (Brasil, 2014, p. 33).

Embasados nesse artigo da LDB, é possível perceber que será ofertado para o estudante especial um atendimento especializado (quando necessário) na unidade escolar para o atendimento dessa parcela de estudantes, permitindo assim a integração destes nas classes tradicionais do ensino regular.

Portanto, de acordo com Brasil (2012) a educação especial precisa ser ofertada em todos os tipos de escola, independentemente de ser pública ou privada, desde a pré-escola até o ensino do ensino médio, desde que haja comprometimento, decência, ética e acompanhamento do mesmo.

3 TIPOS DE DEFICIÊNCIA

Conhecendo agora as leis que fundamentam a educação inclusiva, buscaremos compreender a classificação desses estudantes como prioridade no atendimento educacional especializado. Carvalho (2010) pontua que existem vários tipos de deficiências, entretanto, optou-se por mencionar três no presente trabalho buscando evidenciar de forma focada os principais tipos de deficiências encontradas dentro do âmbito escolar. Vejamos cada um deles: Portadores de deficiência mental, visual, auditiva, física e múltipla; Portadores de condutas típicas (problemas de conduta) e portadores de superdotação. Observe cada um deles:

3.1. DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Para Pires (2006) este tipo de deficiência é caracterizada por marcar um funcionamento inteligente consideravelmente menor que a média comum dos outros estudantes, vindos através do tempo de desenvolvimento, e ao mesmo tempo com restrições conectadas a dois ou mais campos do comportamento adaptativo ou da habilidade do indivíduo em refutar de forma adequada as demandas da sociedade, nos mais variados aspectos, dentre os quais cita-se: a

forma de se comunicar, higiene e cuidados pessoais, condutas na família e na escola ou comunidade em que vive, ser capaz de se locomover sozinho, cuidar da saúde e da segurança, realizar atividades de lazer, trabalho, entre outros.

3.2. DEFICIÊNCIA VISUAL

Certamente este é um tipo de deficiência mais difícil de lidar que é a perda total (ou parcial) da visão, tendo a visão minimizada dos dois lados dos olhos. Neste sentido, Pires (2006) diz que a cegueira pode ser entendida como a existência de um resíduo mínimo da visão conduzindo a pessoa a precisar de determinados recursos específicos para conseguir enxergar para então realizar o seu desenvolvimento e inclusão social.

Conhecendo tudo isso, percebe-se que as pessoas cegas precisam ter recursos e equipamentos necessários para que sua efetiva inclusão esteja de acordo com o uso das práticas e metodologias da educação inclusiva. Sendo existem alguns recursos que fazem parte desse suporte e apoio para o estudante (ou o indivíduo, se preferir) dentre os quais pode-se citar: o Sistema Braille, (método este que permite a realização da leitura e a escrita); o sorobã (outro recurso usado para ensinar os estudantes sobre os números e cálculos), bengalas, cajados ou cães-guias (instrumento, ou animais capazes de realizar auxílio no transporte e locomoção).

3.3. DEFICIÊNCIA AUDITIVA

É de conhecimento público que a perda total ou parcial da audição sendo ela de maneira congênita ou adquirida, reflete diretamente na capacidade de entender os sons através do ouvido. Neste sentido, a deficiência auditiva pode ser manifestada através dos tipos da surdez leve ou moderada onde a perda da audição consiste em até 70 decibéis, o que impede ainda que de forma parcial que o indivíduo se expresse de maneira oral, além de não compreender com perfeição a voz humana de forma natural independentemente do uso do aparelho de deficiência.

Neste cenário, Pires (2006) entende que a inclusão dos estudantes com deficiência no ensino regular da educação brasileira tem avançado de forma considerada, o que pode ser considerado como uma ação relativamente bem-sucedida desses alunos, uma vez que é preciso

que haja mais ações visando atender ao máximo de deficientes possíveis, possibilitando um sistema educacional diferente do atualmente disponível, que apesar de ‘bom’ ainda precisa evoluir muito para chegar no nível de países de primeiro mundo.

4 EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO SISTEMA EDUCACIONAL

Após realizar o conhecimento de alguns tipos de deficiências, agora é preciso comentar a respeito da implementação da educação inclusiva dentro das escolas brasileiras, e dessa forma algumas perguntas precisam ser esclarecidas, dentre as quais menciona-se:

- Que tipo de previsão pode ser feita pelo professor quanto ao modelo inclusivo de educação?
- Quanto a adaptação, o docente precisa estar especializado para atender todos os alunos? Ou apenas aqueles que apresentam deficiências?

Dados os questionamentos acima, busca-se respondê-los da melhor forma possível. Sendo assim, antes de mais nada, é imperioso saber que a escola precisa ter em sua política uma estratégia de inclusão, buscando assim romper os obstáculos do ensino brasileiro.

Neste cenário apresentado, tendo como base Lodi (2009) buscou-se realizar uma reflexão acerca dos fatos onde percebeu-se que a escola tradicional precisa romper essa barreira de obstáculos fincada na limitação do ensino regular. Dentre essas dificuldades apresentadas menciona-se: ausência de recursos e materiais pedagógicos, falta de treinamento qualificado de profissionais para atender as exigências dos alunos, falta de estrutura para a construção das metodologias.

Abordadas tais condições, é possível perceber conforme Glat (2007) que a previsão não é das melhores tendo em vista o cotidiano da escola brasileira, uma vez que esta série de elementos limitam o profissional docente a exercer com qualidade e eficiência seu trabalho, culminando muitas vezes na frustração, mesmo sabendo que o seu querer é de elevar, ampliar e melhorar a educação no país, mas que esbarra nesse muro.

Contudo, para mudar essa previsão de futuro é preciso trabalhar nas políticas públicas da educação, junto ao governo federal e ao senado para as mudanças de leis capazes de atender

essa parte dos estudantes para que eles possam ter o mesmo direito à educação, buscando assim transformar o Brasil em um país mais justo e bem dotado.

Outro aspecto interessante a enfatizar, é quanto a formação e capacitação do professor, uma vez que esta base precisa estar fundamentada dentro do sistema educacional incluindo todos os alunos. Para embasar tal aspecto, Carvalho (2010) diz que é preciso alertar que a educação inclusiva tem evoluído a passos lentos, mas que já pode ser mencionada como uma modalidade de educação escolar ‘diferente’ e que visa atender os alunos para a formação da sua cidadania e cultura.

Desta maneira, com fulcro em Glat (2007) o sistema educacional busca adaptar o professor para realizar o atendimento de todos os alunos buscando atender temas transversais, mas que ainda sim precisam ter como base o projeto, a prática pedagógica e a organização visando com isso fomentar a educação.

5 AS PRÁTICAS DOCENTES E A PROPOSTA CURRICULAR

É corrente que existem algumas manifestações de dificuldades de aprendizagem dentro do cenário escolar que vão desde ocasiões fáceis e leves até casos complexos no curso do trabalho pedagógico. Desta forma, visando atender a estas perspectivas de melhoria Souza (2013) alega que é preciso que haja uma evolução nos quesitos de graduação e de progressão, além de uma melhor adaptação do currículo do profissional da educação, entre outras.

Como forma de complemento para as práticas docentes, Souza (2014) menciona a utilização das adaptações curriculares, uma vez que com o uso delas é possível maximizar as chances de encarar os problemas da educação inclusiva junto aos alunos. Contudo, o uso da adaptação do currículo promove para o professor e para o ensino como todo, uma melhoria do processo de execução das atividades, tornando-o assim uma forma especial para tratar os alunos especiais.

Sobre o mesmo ponto de vista, Oliveira (2008) observa que a escola está aberta a novos conhecimentos, tanto por parte dos professores, quanto do corpo administrativo e docente. Desta maneira, a possibilidade de diálogo entre pais e professores faz com que exista novos conhecimentos capazes de contribuir para a evolução das práticas docentes, uma vez que os

pais com alunos deficientes podem explicar de forma mais transparente aquilo que o seu filho tem dificuldade, deixando claro ao professor o problema a ser resolvido, cabendo a este estudar uma forma pedagógica para melhorar a qualidade de ensino deste estudante.

Destarte, baseado em Smith (2008) compreende-se assim que as unidades escolares precisam democratizar estas práticas, abrindo-se e permitindo-se a modernização e ao diálogo, para que os estudantes com deficientes busquem participar e interagir do âmbito escolar, buscando assim a melhora dos resultados, dentre os quais enfatiza-se: uma melhor sistema de preparação das metodologias, dedicação do corpo docente, recursos apropriados, profissionais capacitados, entre outros.

Visando facilitar o atendimento das necessidades educacionais para os estudantes com deficiência, Nascimento (2007) diz que esta proposta tem como uma de suas características que eles tenham um grau de conhecimento afim com os demais alunos, e por mais que a intensidade, velocidade de raciocínio não seja a mesma, eles precisam de tempo e preparação para a confecção de suas atividades propiciando assim uma chance de evolução no seu conhecimento.

Baseado nisso, Cunha (2015) diz ter uma relação de harmonia com o aluno especial aliado a programação curricular possibilita a interação entre as deficiências do estudante e as consequências das metodologias apresentadas pelo docente, sendo que a partir disso a necessidade especial do aluno pode refletir em futuras políticas da escola para o atendimento a este tipo de aluno, visando cumprir as finalidades da educação.

6 DILEMAS DA ESCOLA NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Tendo como fulcro as práticas docentes e a proposta curricular mencionadas no tópico anterior, percebe-se que um PPP (Projeto Político Pedagógico) bem fundamentado e estruturado pode gerar uma adaptação progressiva dentro do ambiente escolar, almejando assim assegurar os direitos dos alunos com deficiência.

Para que se chegue neste cenário, Nascimento (2014) alega que é preciso realizar as adaptações curriculares precisas, mas que não devem ser compreendidas como um caso exclusivo ou único, sendo elas embasadas em três aspectos. Vejamos:

6.1 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

O PPP precisa enfatizar seus objetivos e ideais fundamentados em uma educação inclusiva buscando exercer toda a sua potencialidade, possibilidade e peculiaridade. Neste sentido Veiga (2004) pontua:

O projeto pedagógico, ao se constituir em processo participativo de decisões, preocupa-se em instaurar uma forma de organização de trabalho pedagógico que desvele os conflitos e as contradições, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando pessoal e racionalizado da burocracia e permitindo relações horizontais no interior da escola (Veiga, 2004, p. 38).

Neste cenário, o PPP visa resolver através da política da escola os problemas e dilemas a respeito da educação inclusiva, almejando melhorias e assegurando às pessoas com e sem deficiência o fomento das habilidades, o ingresso a cultura e a educação.

6.2 ESTRUTURA E ADAPTAÇÃO DA UNIDADE ESCOLAR

Sabe-se que a escola precisa se preparar para receber o máximo de crianças possível sem discriminação ou preconceito, excluindo desta forma as barreiras da exclusão, e para isso e preciso ter uma estrutura capaz de proporcionar aos professores recursos para que eles possam mostrar seu melhor.

Desta forma, a escola precisa necessita de modernização, visando assim melhorar e desenvolver sua estrutura e organização para que isto se torne de fato inclusivo. Portanto, os educadores e gestores e todo corpo técnico da escola necessita realizar os cursos de capacitação para melhorar e ampliar seus conhecimentos a respeito da Educação Inclusiva, mas que sem essa estrutura não é possível fazer este trabalho.

6.3 PROFESSORES, ALUNOS E SUAS FAMÍLIAS

A educação inclusiva busca realizar o suprimento das necessidades de aprendizagem dos estudantes, tendo como foco aqueles vulneráveis à exclusão. Na sala de aula, cabe ao

professor realizar metodologias que podem alcançar todos os alunos, especialmente aqueles que têm alguma deficiência.

Neotti (2008) entende que os alunos, com a metodologia certa aplicada pelo professor, precisam absorver o conhecimento passado pelo docente, tendo em vista desenvolver suas habilidades e isso necessita está bem explícito no PPP. “Assim, para educar objetivando a diversidade, o docente deve adotar, em sua prática pedagógica, os princípios orientadores da inclusão” (Brasil, 2005, p. 23-24).

Outro ponto que precisa ser abordado é sobre os familiares dos alunos com deficiência na educação infantil, uma vez que estes precisam ter seus direitos reivindicados através da Constituição Federal em seu art. 5º aliado com o art. 205 assegurando desta forma o direito à educação, pois estes estudantes dispõem dos mesmos direitos dos alunos considerados normais.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de inclusão dos estudantes na escola implica em um grande processo de transformações de caráter qualitativo e quantitativo capaz de realizar aplicações adequadas e viáveis para atender a toda esta população. Neste sentido, ao realizar uma abordagem a respeito deste tema proposto nesta obra, buscou-se compreender e discutir como a inclusão dos estudantes com deficiência na escola pode ser mudada frente às necessidades atuais.

Em síntese, cada novo dia consiste em um trabalho primordial e único, que precisa ser bem fundamentado e trabalhado para que a educação inclusiva seja atendida, visando obter o êxito. Desta forma a especialização, treinamento são atributos importantes que o professor precisa ter para trabalhar com aqueles alunos considerados especiais, já que os outros alunos podem ter preconceito e não aceitar os outros estudantes como eles são e portanto, o respeito a diferença precisa ser ensinado na base escolar, com o apoio dos pais e da escola, tendo como centro o trabalho do docente.

No que tange ao processo de avaliação destes alunos sabe-se que é preciso seguir critérios especiais, uma vez que as limitações dos mesmos na educação infantil não precisam ser observadas, mas sim estimular a promoção do aprendizado, visando detectar o nível de aprendizagem deste aluno buscando desta maneira minimizar e respeitar as diferenças.

Contudo, a educação inclusiva é uma parte do processo educacional em que se precisa ser mais falado, pondo em práticas suas ideias para que através dela a educação se torne melhor, frente a uma realidade tão preconceituosa que se vive, especialmente aqui no Brasil, para que assim se busque garantir a cidadania destes pequeninos, fazendo com que eles sejam bem aceitos no âmbito escolar. Por fim, isso só pode ser realizado com incentivo de boas políticas educativas e profissionais bem preparados e recursos adequados e de boa qualidade, conforme mencionou-se no decorrer desta obra.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **LDB Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 10. ed. Brasília, 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. 35. ed. Câmara dos Deputados: Edições Câmara, 2012.

BRASIL, Ministério da Educação. **Atendimento Educacional Especializado: Deficiência Visual**. Brasília: SEESP/SEED/MEC, 2007.

CARVALHO, R. E. **Escola Inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico**. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

CUNHA, M. S. **Ensino da língua portuguesa na perspectiva da inclusão do aluno cego no nível fundamental**. 2015. 173 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós Graduação em Educação. Universidade Federal de Sergipe. 2015.

GLAT, R.; PLETSCHE, M. D.; FONTES, R. de S. Educação inclusiva & educação especial: propostas que se complementam no contexto da escola aberta à diversidade. **Revista em Educação**, Santa Maria, v. 32, n. 2, p. 343-356. 2007.

LODI, A. C. Leitura e Escrita no Contexto da Diversidade. **Revista Nova Escola**, São Paulo, jun./jul., 2009, p. 93.

NASCIMENTO, L. B. P. **A importância da inclusão escolar desde a educação infantil**. 2014. 49 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Pedagogia). Departamento de Educação – Faculdade Formação de Professores. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2014.

NASCIMENTO, L. M. **Educação Especial**. Indaial: Ed. ASSELVI, 2007.

NEOTTI, M. **Incluindo uma Igualdade Diferente**. Centro Universitário Leonardo da Vinci. UNIASSELVI, 2008.

OLIVEIRA, A. A. S. Adequações Curriculares na Área da Deficiência Intelectual: algumas reflexões. In: OLIVEIRA, A. A. S.; OMOTE, S.; GIROTO, C. R. M. (Orgs.) **Inclusão Escolar**: As Contribuições da educação Especial. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, Marília: Fundepe Editora, 2008.

PIRES, J. Por uma ética da inclusão. In: MARTINS, L de A. R. et al. **Inclusão**: compartilhando saberes. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

SMITH, D, D. **Introdução à educação especial**: ensinar em tempos de inclusão. Porto Alegre: Artmed, 2008.

SOUZA, R. C. S.; et al. **Educação Física Inclusiva**: perspectiva para além da deficiência. Aracaju: Editora UFS, 2013.

SOUZA, R. C. S.; BORDAS, M. A. G.; SANTOS, C. S. **Formação de Professores e Cultura Inclusiva**. Aracaju: Editora UFS, 2014.

VEIGA, I. P. A.; RESENDE, L. M. G. de. (Orgs.). **Escola**: espaço do projeto político-pedagógico. 7.ed. São Paulo: Papirus, 2003.

VEIGA, I. P. A.; RESENDE, L. M. G. de. (Orgs.). **Educação básica e educação superior**: projeto político-pedagógico. 3.ed. Campinas: Papirus, 2004.